

# FÓRUM DRS

FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA



## Boletim

17 A 28 DE NOVEMBRO - 48º EDIÇÃO - ANO 2  
BOLETIM ELETRÔNICO QUINZENAL



**ESPECIAL**

**BRASIL E ANDALUZIA ORGANIZAM INTERCÂMBIO DE  
EXPERIÊNCIAS EM TERRITÓRIOS RURAIS**

## III FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

### MATERIAL DISPONÍVEL

O FÓRUM DRS DISPONIBILIZA, EM SEU PORTAL NA INTERNET, TODAS AS APRESENTAÇÕES DOS PAINELISTAS, FOTOS E CLIPPING JORNALÍSTICO. E, AINDA, TODO O ÁUDIO DAS PALESTRAS, EM NOVE ARQUIVOS DE MP3.

ACESSE:



DIVULGANDO A GESTÃO DO CONHECIMENTO  
LATINO-AMERICANO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

# FÓRUM DRS

FÓRUM PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA



## Boletim

17 A 28 DE NOVEMBRO - 48º EDIÇÃO - ANO 2  
BOLETIM ELETRÔNICO QUINZENAL

### EXPEDIENTE

#### COORDENADOR EXECUTIVO

Carlos Miranda

#### ASSESSOR TÉCNICO

Breno Tiburcio

#### DIAGRAMAÇÃO

Patricia Porto

#### TEXTOS

Rodrigo Germano  
Maria Augusta Coelho

#### APOIO À PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Michela Alves

#### FOTOS

Rodrigo Germano/Arquivo IICA  
Fernanda Tallarico/Arquivo IICA

#### FOTO CAPA

Agricultor do Território do Sisal/BA  
Rodrigo Germano/Arquivo IICA

## NESTA EDIÇÃO

### 04 ESPECIAL

BRASIL E ANDALUZIA ORGANIZAM INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS EM TERRITÓRIOS RURAIS

### 06 NOTÍCIAS DO FÓRUM DRS

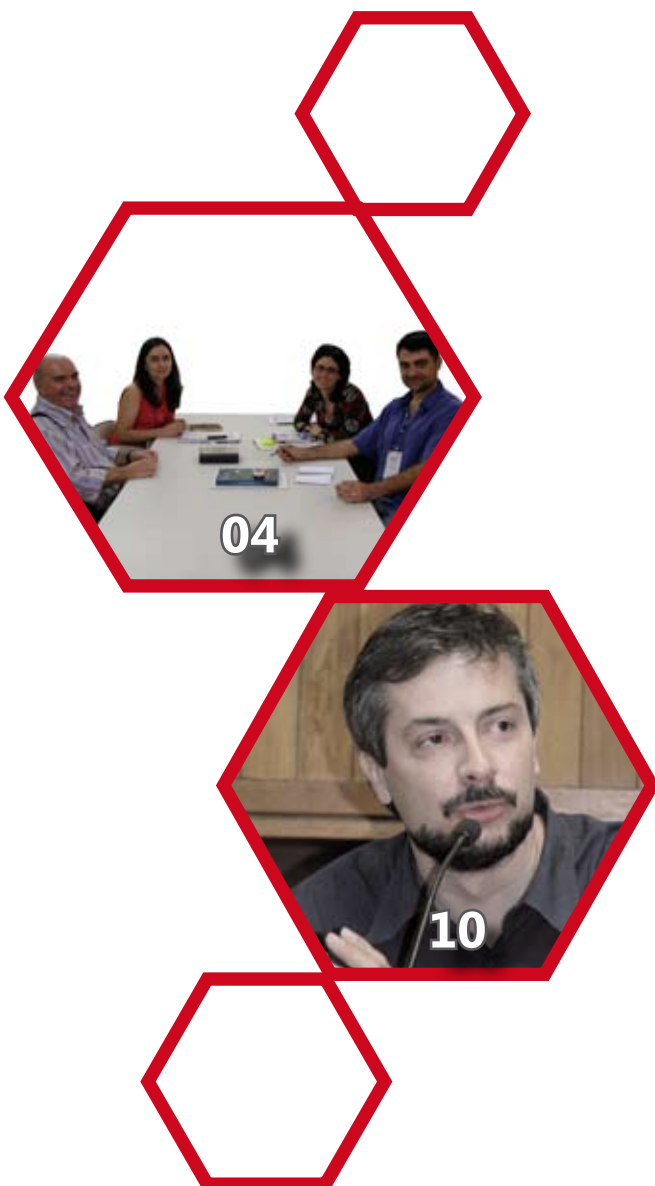
### 08 EVENTOS DRS

### 10 ARTIGO DRS

GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NOS ANOS 2000 - NOTAS PARA UM BALANÇO

### 22 SOBRE DRS

### 27 PUBLICAÇÕES





# BRASIL E ANDALUZIA

## ORGANIZAM INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS EM TERRITÓRIOS RURAIS

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Fórum DRS e os representantes da *Consejería de Agricultura y Pesca de Andalucía*, discutiram a possibilidade de estabelecer intercâmbio de experiências em territórios com o Brasil. O encontro aconteceu por ocasião do III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, no dia 06 de novembro, em Fortaleza.

Participaram da reunião: Carlos Miranda, Coordenador do Fórum DRS; Mireya Valencia, consultora em gestão da informação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT/MDA; Francisca Fiestas Carmona e Mario Trigo Gomes da *Empresa Pública Desarrollo Agrario Pesquero de la Consejería de Agricultura y Pesca de Andalucía (DAP)*.

O objetivo foi analisar a implementação de um projeto para troca de experiências entre membros dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Brasil e dos Grupos de Ação Local (GAL) de Andaluzia.

O IICA elaborou um projeto para fundamentar as negociações sobre o intercâmbio entre Brasil e Andaluzia.

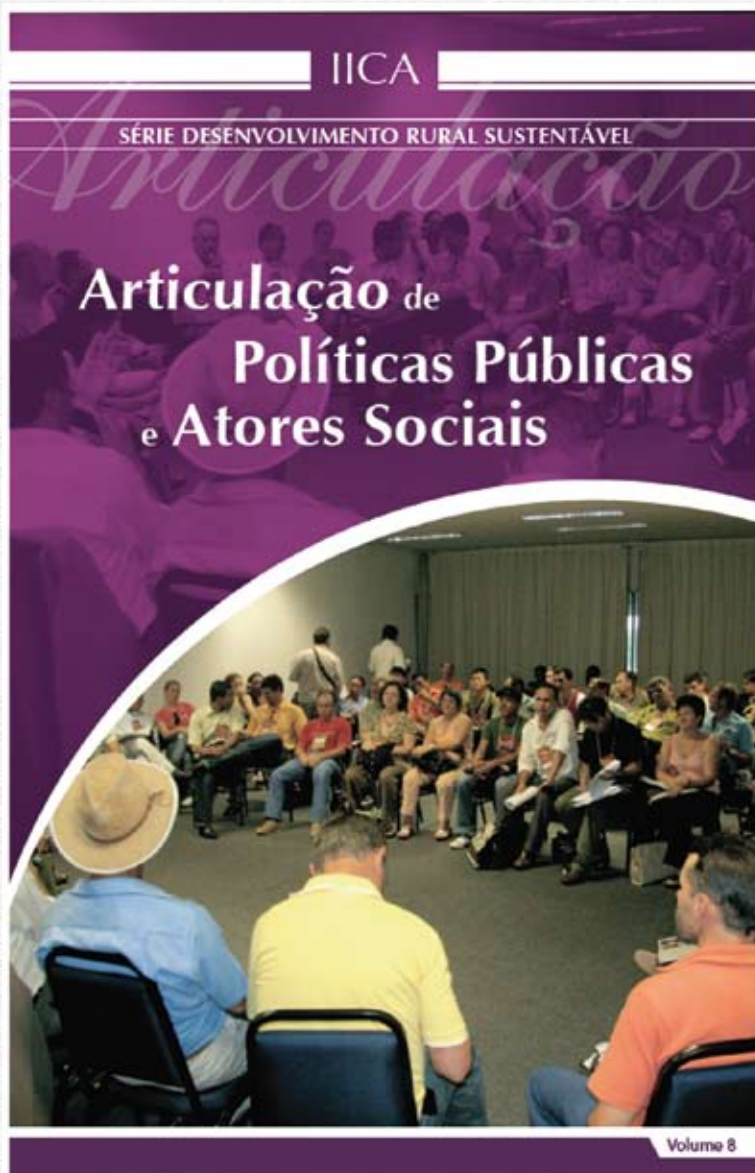
Segundo Antonio Llaguno Rojas, conselheiro delegado da DAP, é viável uma agenda comum de cooperação entre Andaluzia e o Fórum DRS. Rojas ressaltou que a Região mantém projetos e programas com vários países sul-americanos.

“Após a reunião que tivemos com o IICA, acredito que a possibilidade dessa colaboração está plantada nas redes de desenvolvimento rural”, lembrou.

Para Carlos Miranda, “o acordo com a Consejería dará continuidade de maneira mais estruturada, às atividades de intercâmbio de experiências e de conhecimento entre gestores públicos e privados do Brasil e da Espanha, em especial de Andaluzia.”

Outras reuniões acontecerão para definir a data e o local do intercâmbio.

# SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



A SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL expressa a efetiva colaboração tanto da Representação do IICA no Brasil quanto do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável em busca do desenvolvimento agrícola e do bem-estar das comunidades rurais.

Reúne artigos assinados por renomados profissionais nacionais e internacionais com o objetivo de difundir e suscitar o intercâmbio de conhecimentos e de iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável no meio rural, promovidos por instituições acadêmicas, instituições governamentais e não governamentais e organizações da sociedade em geral.

Conheça toda Série no site: [www.iicaforumdrs.org.br](http://www.iicaforumdrs.org.br)

# ÁUDIO E APRESENTAÇÃO DO III FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

## DISPONÍVEL NO PORTAL

O IICA e o Fórum DRS disponibilizaram, em seu portal na internet, o áudio de todas as palestras do III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial.

O encontro aconteceu nos dias 5, 6 e 7 de novembro, em Fortaleza, Ceará, e deu continuidade aos dois fóruns anteriores: Fortaleza (2003) e Salvador (2007). O primeiro destacou a importância do enfoque territorial para garantir a efetividade das políticas de desenvolvimento rural; e o segundo abordou a relação entre sustentabilidade, a articulação das políticas públicas e atores sociais.

Ouçá todas as palestras e apresentação no *site*:  
**[www.iicaforumdrs.org.br](http://www.iicaforumdrs.org.br)**



# IICA, FÓRUM DRS E CIRAD ORGANIZAM O II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O IICA e o Fórum DRS realizaram, no dia 13 de novembro, um encontro com representantes do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento da França (CIRAD), para discutir a realização do II Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial. O encontro aconteceu durante o III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, em Fortaleza.

O professor visitante da Universidade Federal de Campina Grande e pesquisador do CIRAD, Marc Piraux participou da reunião.

O II Colóquio Internacional debaterá o tema *Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais: quais os desafios para a ação pública?* Na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, sediará o encontro previsto para outubro de 2009. A programação contará com três dias de debates e dará continuidade a dois outros eventos sobre a mesma linha temática realizados em Florianópolis e Rio de Janeiro.

Segundo o coordenador executivo do Fórum DRS, Carlos Miranda, "o Colóquio fará parte das comemorações do ano da França no Brasil, o que confere uma importância especial à participação do IICA e do Fórum DRS."

O colóquio faz parte de uma agenda de eventos do CIRAD, juntamente com a Universidade do Estado da Paraíba (UEPB) e o Governo do Estado da Paraíba.

## **JORNADA TEMÁTICA**

Na ocasião do II Colóquio, o IICA e o Fórum DRS realizarão uma jornada temática intitulada: *Diálogo de Políticas Públicas: território e nova institucionalidade*, tema trabalhado pelos professores Philippe Bonnal e Nelson Delgado, em parceria com o Observatório de Políticas para Agricultura (OPPA) e o CIRAD.

Serão Convidados, cerca de 300 pessoas, entre cientistas brasileiros e estrangeiros, técnicos em desenvolvimento territorial, gestores públicos e membros dos colegiados territoriais.

## CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA

Promovido pelo MI e o IICA, o encontro objetivou discutir a gestão de políticas regionais no contexto da integração econômica, analisando-se experiências do Mercosul e da EU; aprofundar o intercâmbio de experiências, institucionais e acadêmicas, no campo das políticas regionais e territoriais entre o Brasil e a EU; e dar início à articulação Mercosul-UE no campo das políticas regionais, de forma a formular e implantar, entre esses blocos econômicos, instrumentos de cooperação técnica em desenvolvimento regional.

Local: Brasília Alvorada Hotel, Brasília, DF

Informações: [www.iica.org.br](http://www.iica.org.br)

De 3 a 5 de dezembro de 2008

## SEMINÁRIO JOVENS AGRICULTORES DAS AMÉRICAS

Devido à grande importância da agricultura e do comércio mundial, o evento propiciará a oportunidade de jovens agricultores se encontrarem, trocarem experiências e aprender sobre as Melhores Práticas de Gerenciamento no setor agroalimentar. No segundo dia do evento, Christopher Hansen, sub-diretor do IICA, será um dos debatedores, apresentando o painel Capital Humano. O encontro será realizado pelo Fórum Canadense de Jovens Rurais.

Local: Calgary, Canadá

Informações: [www.cyff.ca](http://www.cyff.ca)

De 7 a 11 de dezembro de 2008



## CONFERÊNCIA MAGISTRAL “AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL”

O evento será realizado pelo MDA, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e pretende reunir pesquisadores, organizações governamentais, não-governamentais, professores, estudantes e sociedade civil, para debater as relações entre desenvolvimento e agricultura familiar.

Local: em Brasília, DF

Dia 3 de dezembro de 2008

## VIDEOCONFERÊNCIA BIO-FEIRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

O objetivo da videoconferência é socializar com outros países a experiência de comercialização de produtos orgânicos desenvolvida pela Bio-feira de Lima, Peru, identificando os fatores internos e externos que contribuem para seu êxito e, em particular, aqueles fatores que podem ser replicáveis a outros âmbitos geográficos.

Local: Sede do IICA, Brasília-DF

Informações: [cristina.costa@iica.int](mailto:cristina.costa@iica.int)

Dia 4 de dezembro de 2008

## 10ª JORNADA DE ATUALIZAÇÃO EM AGRICULTURA DE PRECISÃO

Evento promovido pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ/USP e FEALQ - Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, com o objetivo de discutir os conceitos de Agricultura de Precisão. As vagas são limitadas e serão preenchidas por ordem de chegada das inscrições.

Estado: Piracicaba, SP

Informações: [www.fealq.org.br](http://www.fealq.org.br)

De 08 a 12 de dezembro de 2008

# Artigo

\*Arilson Favareto é sociólogo, doutor em ciência ambiental e professor de análise econômica da Universidade Federal do ABC.

Fotos Rodrigo Germano/Arquivo IICA



*Artigo do Professor Arilson Favareto\**

*Síntese do texto apresentado no III Fórum Internacional Desenvolvimento Rural Sustentável: Modelos e Instrumentos para a Gestão Social dos Territórios, acontecido em Fortaleza, de 5 a 7 de Novembro de 2008.*

# GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NOS ANOS 2000

## NOTAS PARA UM BALANÇO

### Introdução

No Brasil, os anos 90 foram palco da emergência da noção agricultura familiar e de uma retomada do debate político e acadêmico sobre desenvolvimento rural. Naquela década, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, com ele, foi impulsionada a criação de centenas de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, motivados pela obrigatoriedade de que os recursos da vertente infraestrutura daquele programa fossem geridos por esse tipo de organismo. É claro que a associação entre participação social e desenvolvimento rural é também tributária de toda a trajetória das organizações representativas dos agricultores, do processo de descentralização das políticas públicas, e da democratização da sociedade brasileira como um todo. Mas é também inegável que o desenho institucional daquele programa foi o principal estímulo à rápida proliferação desses espaços participativos.

A década atual, por sua vez, se iniciou com uma constatação e um ensaio de inovação. A constatação: os limites da agricultura e dos municípios em efetivamente promover o desenvolvimento rural. A tendência declinante da agricultura na formação das rendas das famílias de agricultores e na ocupação de trabalho e a fragilidade dos municípios brasileiros eram identificadas como limitantes de uma visão setorial e excessivamente fragmentada dos investimentos realizados. O ensaio de inovação: a emergência da abordagem territorial, como indicado pela experiência internacional, e em consonância com os estudos brasileiros.

## ARTIGO

Com isso, Indicava-se a necessidade de fazer com que os investimentos passassem a se dar buscando a intersectorialidade e a ampliação da escala geográfica, pois estaria ali a possibilidade de incidir de maneira mais eficiente e duradoura em processos sociais e econômicos capazes de levar à inserção destes agricultores e destas regiões em dinâmicas virtuosas e duradouras de desenvolvimento. Os trabalhos de vários autores, com destaque para os artigos publicados posteriormente por José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, fundamentam claramente o que é a abordagem territorial do desenvolvimento e sua aderência à realidade brasileira.

Foi neste contexto que se deram importantes movimentos e ajustes no ambiente institucional das políticas para o desenvolvimento rural. Inicialmente ampliaram-se para a escala intermunicipal as ações do antigo Pronaf-Infraestrutura.



Posteriormente criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, mais recentemente, foi criado um novo programa governamental: o *Territórios da Cidadania*.

No que diz respeito à participação social, continuou-se a estimular que a gestão de recursos para esse fim fosse feita por meio de organismos, congregando diferentes segmentos da sociedade civil e representantes do Estado, mas agora não mais com a mesma rigidez que antes regia a organização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).

Em seu lugar, foi estimulada a criação de Colegiados Territoriais com formato flexível e em escala regional. Passa-se a falar em *gestão social do desenvolvimento territorial*. No caso do *Territórios da Cidadania*,

a experiência é ainda tão recente que neste momento não existe um desenho institucional que preveja os caminhos e os mecanismos para integrar de fato as políticas e para envolver a sociedade na definição desses procedimentos.

As próximas páginas têm por objetivo traçar um balanço preliminar da década ainda em curso. Trata-se, por isso, de notas para um balanço e não de uma avaliação conclusiva. Tanto pelo fato de que aqui são abordados programas em fase inicial, como pelo fato de que, como se sabe, a associação entre participação social e desenvolvimento comporta

vários problemas empíricos e teóricos (Coelho & Favareto, 2008). Sob o ângulo empírico, um dos problemas é como mobilizar forças sociais muitas vezes antagônicas – por exemplo, organizações de agricultores familiares e representações da agricultura patronal –, em torno de um projeto comum de desenvolvimento do território onde ambas as formas sociais

de produção estão presentes e efetivamente respondem, não raramente de maneira conflitiva, pela sua dinâmica. Sob o ângulo teórico, um dos desafios é encontrar explicações sobre quais são as regras e incentivos capazes de fazer com que a maior participação não represente apenas maior empoderamento de determinados segmentos e, por aí, a mera captura de recursos, em vez da aplicação mais eficiente e capaz de engendrar dinâmicas virtuosas de desenvolvimento do território como um todo.

Para perseguir este objetivo, o texto analisa três instantâneos das tentativas de associar participação social e desenvolvimento ao longo desta década: a experiência dos CMDRs, a experiência dos Colegiados para o Desenvolvimento Territorial (Codeters), e os primeiros passos do *Territórios da Cidadania*.

## ARTIGO

Esta análise será guiada pelas perguntas: nessa trajetória estaria sendo aperfeiçoado o ambiente institucional que tenta fazer com que, por meio da participação social se possa aumentar a eficiência dos investimentos feitos no desenvolvimento rural? Ou, ao contrário, a experiência recente tem sido frágil em gerar esse tipo de aperfeiçoamento e, nesse caso, estaríamos vivendo uma década perdida quando se trata de avaliar as inovações institucionais para a gestão social do desenvolvimento rural?

A pergunta pode parecer estranha, considerando que a democratização e o controle social sobre as políticas e investimentos públicos alcançam ares de uma realidade incontestável. Mas, por detrás desta pergunta, está uma distinção mais sutil, isto é, os modelos de gestão social voltados para maior controle social não necessariamente são os mesmos que precisam ser postos em funcionamento para a coordenação de forças sociais em torno de projetos de desenvolvimento.

A literatura sobre esse tema conta com importantes obras de referência (como Dagnino, 2001; Coelho & Nobre, 2003; Dagnino & Tatagiba, 2008). Se num primeiro momento a contestação aos rumos das políticas foi a tônica da participação social, num segundo momento a ênfase passou ao controle social sobre os investimentos. Seria o momento, agora, de inaugurar uma nova etapa, condizente com as justificativas empíricas e teóricas da abordagem territorial do desenvolvimento rural, e avançar em direção a modelos de gestão social capazes de promover a coordenação das forças sociais dos territórios.

A hipótese que se pretende demonstrar com o balanço desta década é fortemente influenciada por esta distinção feita acima e pode ser avançada

desde já<sup>1</sup>.

A literatura internacional mostra que há duas variáveis importantes que explicam a dinâmica da participação e sua relação com o sucesso ou o fracasso dos investimentos em desenvolvimento (Coelho & Favareto, 2008). Uma delas, a abordagem do “empoderamento”, segundo a qual mais poder aos segmentos tradicionalmente desfavorecidos levaria a uma alteração na balança de força, fazendo com que os recursos cheguem até estes segmentos e, por aí, se favoreça a inclusão e o desenvolvimento. Uma segunda, a abordagem do “desenho institucional”, segundo a qual a pedra de toque residiria nas regras

para seleção e envolvimento das forças sociais e projetos a serem apoiados com os recursos disponíveis, valorizando o aprendizado e a inovação e, assim, favorecendo a busca constante pela maior eficiência.

Ocorre que a literatura tem demonstrado que maior empoderamento, muitas vezes significa maior poder de veto, e não necessariamente maior convergência com os interesses de outros segmentos. Isso é o que parece estar acontecendo no Brasil contemporâneo: na década atual a participação social aumentou, mas isso não necessariamente tem levado a melhores investimentos. O que ocorre é uma concentração de investimentos nas atividades e nos segmentos intermediários e que contam com potencial

---

*“A literatura internacional mostra que há duas variáveis importantes que explicam a dinâmica da participação e sua relação com o sucesso ou o fracasso dos investimentos em desenvolvimento”.*

---

<sup>1</sup> As considerações feitas nesta exposição, além do exame dos casos específicos dos espaços participativos para o desenvolvimento rural aqui relatados, estão fortemente inspiradas nos resultados de outros dois programas de pesquisa. O projeto “*Movimientos sociales, gobernanza ambiental y desarrollo territorial rural*”, coordenado pelo Rimisp, do Chile. E o projeto “*Deepening democracy in states and localities*”, coordenado pelo Institute of Development Studies do Reino Unido. Ambos os programas contaram com estudos de caso realizados no Brasil, a cargo do Núcleo Cidadania e Desenvolvimento do Cebrap, e posteriormente analisados em perspectiva comparativa com casos de outras localidades da América Latina, caso do Rimisp, mas também da Ásia e África, no caso do programa do IDS.

organizativo razoável. Enquanto isso, os segmentos mais pobres e as atividades mais promissoras para o desenvolvimento das regiões rurais permanecem sem portadores sociais e, portanto, com suas possibilidades futuras fortemente constrangidas. Tal afirmação pode ser percebida mediante o exame da evolução das formas de gestão social da virada da década passada até os dias atuais, como se verá a seguir.

### Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs)

Com a proliferação de CMDRs, surgiram também diversos estudos destinados a analisar casos específicos. Alguns poucos trabalhos puderam mobilizar uma base empírica maior e traçar tipologias ou comparações entre realidades de diferentes municípios ou estados; caso dos trabalhos do Ipardes (2001), Abramovay (2003), e Favareto & Demarco (2003). Nesses vários estudos pode-se observar uma constatação comum: os conselhos criados nos anos noventa haviam contribuído para democratizar a informação sobre o destino dos recursos públicos aplicados através dos projetos neles discutidos, mas pouco se alcançava de efetivamente inovador quando se analisava os tipos de atividades financiadas. Elas continuavam se restringindo a projetos com pouco potencial econômico, se concentravam em atividades que apresentavam tendência declinante de sua importância nos mercados, raramente envolviam iniciativas promissoras.

Para Abramovay (2003), esse impacto restrito ocorria porque a forma de criação desses conselhos, seus modos de funcionamento e o alcance das ações por eles coordenadas não ocorriam de maneira a estimular o preenchimento das funções básicas para as quais haviam sido criados: promover

o desenvolvimento rural. Isso, por sua vez, se deveria a duas causas fundamentais. Primeiro, os critérios a partir dos quais eram escolhidos os municípios beneficiados com os recursos do Pronaf/ infraestrutura – escolha compulsória baseada na incidência de baixo IDH – favoreciam a burocratização dos conselhos e tendiam a fazer deles meros mecanismos repassadores de recursos com alguma supervisão da sociedade civil local. Eles não eram resultado da articulação das forças locais em torno de um projeto de futuro para as regiões rurais, e sim organismos criados por exigência governamental para viabilizar repasses de recursos. Segundo, tanto as representações sociais como o corpo técnico envolvido na construção desses conselhos, estariam mal preparados para enfrentar os desafios dos processos



de desenvolvimento no meio rural – encontrar atividades capazes de dinamizar as economias locais e, assim, favorecer o fortalecimento do tecido social das regiões rurais brasileiras. O que se via nos conselhos era a presença de agricultores, técnicos e representantes do poder público, sempre aqueles restritos às atividades mais tradicionais do agro, e nunca

representantes dos segmentos que vinham gerando mais empregos ou alterando o perfil das economias locais.

No momento em que era divulgado o estudo de Abramovay, em larga medida apoiado em estudo realizado pelo Ipardes e na análise de casos do Rio Grande do Sul, era realizada uma pesquisa financiada pelo IICA e encomendada pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Nesta pesquisa, cujos resultados foram apresentados em artigo de Favareto & Demarco (2003), foram analisados 37 CMDRs das cinco regiões brasileiras. Duas foram as constatações mais importantes: a

## ARTIGO

primeira delas, a identificação de uma espécie de racionalidade presente no discurso de gestores de políticas públicas e de dirigentes de organizações de agricultores; a segunda, a formulação de uma hipótese para a restrita eficácia dos conselhos.

No que diz respeito à racionalidade dos gestores, técnicos e lideranças, constatou-se que a visão amplamente disseminada consistia em ver o CMDR como um espaço institucional que deveria fazer a gerência dos recursos do Pronaf/Infraestrutura e, por meio da boa gestão desses recursos, contribuir para melhorar a infra-estrutura desses municípios, auxiliando a viabilidade da agricultura familiar.

Desse incremento da atividade agrícola derivaria o desenvolvimento do município e a elevação da qualidade de vida das populações rurais. Uma concepção onde o espaço rural e suas possibilidades de dinamização se resumem ao fortalecimento da agricultura e onde o horizonte das intervenções é sempre restrito aos limites do município; mais ainda, restrito também aos agentes tradicionais da agricultura desses municípios. Ocorre que esta concepção era oposta às tendências recentes das dinâmicas e dos processos de desenvolvimento nos espaços rurais, tal como demonstrado nos estudos de Graziano da Silva (1999), Abramovay (2003) Veiga (1999, 2001, 2002). Nestes trabalhos, fica evidente o limite das atividades tradicionais em dinamizar as economias locais e a necessidade de se buscar articulações intersetoriais e intermunicipais.

No que diz respeito à explicação para o porquê dessa restrição, o estudo de Favareto & Demarco (2003) corroborou a hipótese anteriormente proposta por Abramovay, relativa às formas que regem a criação e o funcionamento dos conselhos, propôs ainda a idéia de que era no ambiente institucional

das políticas para o desenvolvimento rural que se encontrava o nascedouro destas restrições. Isto é, constatava-se uma disjunção entre o Brasil Rural e a idéia de desenvolvimento, o que no caso dos CMDR se objetivava em três elementos. Primeiro, numa total separação entre os investimentos do Pronaf/infraestrutura e as demais linhas que compunham o programa. Segundo, num isolamento do Pronaf em relação ao conjunto de políticas que incidem sobre o mesmo espaço. Terceiro, e complementarmente à anterior, numa associação entre as possibilidades dos espaços rurais brasileiros e o combate à pobreza via políticas sociais, deixando de lado a idéia de dinamização econômica destes espaços.

Ainda no último período do Governo Fernando Henrique Cardoso foram introduzidas mudanças que tentavam dialogar com resultados destas pesquisas. A mais significativa delas, a destinação de parte dos recursos do Pronaf/Infraestrutura para projetos com caráter intermunicipal, tentando, assim, introduzir os primeiros componentes de uma política de desenvolvimento territorial, que seria fortemente ampliada no início do Governo Lula, com a criação de uma secretaria específica destinada a gerir esta linha do Pronaf: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Com a criação da SDT e a autonomização da vertente infraestrutura do Pronaf, agora sob sua jurisdição, ocorrem dois movimentos. Por um lado, todos os investimentos a título de apoio a infraestrutura passam a ser feitos em agregados de municípios. Por outro lado, o distanciamento das demais linhas e investimentos do Pronaf se acentua. Junto disso, modifica-se também o marco para a participação social na gestão do programa. Em vez de conselhos municipais, passa-se a estimular e exigir a criação

---

*“O que se via nos conselhos era a presença de agricultores, técnicos e representantes do poder público, sempre aqueles restritos às atividades mais tradicionais do agro, e nunca representantes dos segmentos que vinham gerando mais empregos ou alterando o perfil das economias locais”.*

---

## ARTIGO

de colegiados territoriais. Uma questão inevitável, portanto, é saber se esses colegiados incorporaram em seu desenho as lições aprendidas com a experiência anterior dos CMDRs.

### Os Colegiados para o Desenvolvimento Territorial (Codeters)

Tal como havia acontecido com os CMDRs, a proliferação dos Codeters acompanhou o mesmo ritmo da definição dos territórios a serem apoiados pelo MDA. Repetia-se, assim, o mesmo mecanismo de criação e de funcionamento dos espaços participativos já criticados por Abramovay. Os Codeters não eram criados como expressão das forças sociais locais em torno de um projeto de desenvolvimento territorial, mas antes o contrário: eram comunicados da disponibilidade de recursos e convocados a elaborar um plano para poderem acessá-los.

É verdade que a justificativa da política de desenvolvimento territorial ampliou os critérios de escolha dos territórios a serem apoiados, se comparado com a experiência anterior dos CMDR, introduzindo a noção de capital social e a incidência de agricultores familiares, assentados e remanescentes de quilombos no rol de quesitos a serem observados. Mas não se pode dizer que tal escolha era derivada da capacidade de mobilização das forças sociais dos territórios em torno de um projeto de desenvolvimento, nem tampouco que a noção de capital social foi efetivamente utilizada nesta seleção.

Por isso, duas questões podem ser elencadas a título de avaliação do funcionamento destas articulações para o desenvolvimento territorial, a partir das quais se poderia avaliar em que medida elas incorporaram as avaliações apontadas nos estudos sobre desenvolvimento rural da virada

da década: a) *os colegiados e a articulação que eles representam envolveram estritamente o público-alvo do MDA, ou eles lograram envolver as forças sociais mais influentes dos territórios para além de parte da agricultura familiar e do poder público local?*; e b) *os colegiados conseguiram construir uma agenda mais ampla do que a mera gestão dos recursos e projetos vinculados ao Proinf, ou foram mais uma vez um espaço de fiscalização e controle da aplicação de recursos de um programa?* Estas perguntas foram perseguidas em levantamento do próprio MDA e as respostas sistematizadas em estudo elaborado por Dias & Favareto (2007), cujos principais pontos são reproduzidos sumariamente a seguir.

### Que forças sociais estão presentes nos colegiados territoriais no meio dos anos 2000?



A análise da composição dos colegiados mostrou claramente a forte presença das organizações de representação da agricultura familiar, principalmente através de seus sindicatos, mas também por meio dos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra

e, em menor número, de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Mais que isso, observou-se que, com nuances regionais, as diferentes correntes políticas dos movimentos sociais reconheciam e participavam destas articulações, o que era altamente positivo. Porém, observações de campo sugeriam que os movimentos e organizações presentes representavam os segmentos intermediários da agricultura familiar e demais populações rurais. Para se falar em representação efetiva da agricultura familiar, em sua heterogeneidade, seria preciso ainda criar formas e mecanismos de envolver, tanto os segmentos mais precarizados desta forma social de produção, como aqueles mais capitalizados e inseridos em mercados.



## ARTIGO

A primeira ressalva negativa ficava por conta dos segmentos que conformam o público prioritário do MDA, mas que não alcançam a mesma visibilidade dos agricultores familiares e trabalhadores rurais sem-terra, caso específico dos indígenas e quilombolas. Mesmo nas regiões onde estes segmentos têm expressão numérica eles estavam ausentes das articulações territoriais e, por decorrência, poucas vezes eram alcançados pelos principais investimentos feitos ali. A segunda ressalva negativa dizia respeito à ausência de organizações de jovens agricultores ou da participação individual de agricultores com estas características nos colegiados territoriais. Isto é particularmente importante quando se pensa que a principal missão destas instâncias é projetar uma visão de futuro para as regiões rurais e instrumentos capazes de levar a ela. Sem dar voz às expectativas deste segmento que responderá pela ocupação dos principais postos de direção das organizações ou pela chefia dos estabelecimentos agrícolas, restringe-se brutalmente tanto a leitura dos anseios da população local como a capacidade de eco das ações em curso perante as gerações mais novas.

Já quando se trata de saber se esses colegiados conseguem envolver as forças sociais mais influentes dos territórios a resposta foi francamente negativa. O número de organizações representativas do setor patronal ou de outros setores da economia para além do agro era, no meio da década, absolutamente inexpressivo. E a necessidade de se alcançar tais setores não é mero elogio à diversidade. Ela se faz necessária por duas razões complementares: (1º) com a tendência histórica de declínio da renda agrícola e da demanda por mão-de-obra na agricultura, o futuro das regiões rurais passa necessariamente pela diversificação de seu tecido social e econômico. Se é verdade que a agricultura familiar é base

fundamental para isso e deve ser priorizada nos investimentos públicos, é igualmente verdade que somente através dela é impossível garantir horizonte estratégico para a dinamização da vida econômica e social de qualquer território. Um bom exemplo disso é o contraste entre regiões como o Noroeste gaúcho ou o Oeste Catarinense e o Vale do Itajaí. Em ambas as situações são regiões onde predomina a agricultura familiar e com um grau razoável de consolidação. No entanto, no Noroeste gaúcho e no Oeste Catarinense ocorre hoje uma crise demográfica e uma situação de precariedade na manifestação dos indicadores de desenvolvimento, enquanto no Vale do Itajaí ou na região da Serra Gaúcha, assiste-se a situação inversa. Uma das razões desta diferença está justamente no grau de diversificação da economia e do tecido social local. (2º) sem uma ampliação dos interesses

*“O número de organizações representativas do setor patronal ou de outros setores da economia para além do agro era, no meio da década, absolutamente inexpressivo”.*

e dos agentes envolvidos o alcance restringe-se a um único setor, tornando inclusive inócua a associação do adjetivo ‘territorial’ a tais investimentos.

Pode-se dizer, portanto, que com os colegiados territoriais houve duas mudanças em relação ao período anterior das políticas para o desenvolvimento rural no Brasil: a) a escala das ações passou do âmbito municipal para o intermunicipal, ainda que muitas vezes a lógica dos investimentos e dos projetos permaneça municipalizada; b) houve um maior envolvimento das organizações da sociedade civil numa política que, até então, tinha preponderância do Executivo Municipal. No entanto, a outra dimensão contida na abordagem territorial do desenvolvimento, a intersectorialidade, praticamente inexistente nos colegiados territoriais estudados. E isto, repita-se, limita enormemente o alcance da política, pois as iniciativas apoiadas acabam se circunscrevendo, no mais das vezes, ao apoio a atividades já tradicionais entre os agricultores.

### Os colegiados teriam uma agenda mais ampla do que a mera gestão dos recursos de um programa?

Novamente aqui a resposta não foi tão positiva. A larga maioria dos casos mostrou que a dinâmica e a agenda dos colegiados territoriais era pautada pela elaboração e negociação dos projetos do Proinf, substituto do Pronaf/Infraestrutura. E mesmo a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural não era, ali, o principal item. Até nos territórios onde isso ocorria, a fragilidade da composição dos colegiados e a inexistência de articulação com outras iniciativas afins revelavam um sério risco de que uma eventual descontinuidade na política de apoio por parte do governo federal levasse a uma drástica paralisia destes organismos. Isto era reforçado também pelo baixíssimo número de colegiados que procederam a alguma forma de institucionalização, com a elaboração de regimentos ou instrumentos afins.

Como foi destacado anteriormente, pode-se atribuir tal dificuldade ao caráter embrionário desta iniciativa. No entanto, é razoável supor que sem uma mudança nos mecanismos e nas formas de incentivo aos agentes locais dificilmente se conseguiria superar os limites apontados. Tal suposição deriva de que as regras atuais estão bem orientadas para ampliar a participação da sociedade civil, mas não há nada que sinalize verdadeiramente na direção de influenciar de maneira consistente e decisiva as dinâmicas territoriais. O que há é a expectativa, já presente desde a experiência dos CMDR, de que, com maior participação, melhor a eficiência na alocação dos recursos. Esta expectativa, como já foi dito, tem sido fortemente contrariada em um amplo rol de estudos que se dedicaram a entender a relação entre participação e desenvolvimento. Daí a constatação de que seria preciso, urgentemente, passar em revisão as regras das políticas territoriais e aprimorar seus instrumentos.

Vale dizer que este não é um problema restrito à política da SDT/MDA ou mesmo do governo federal brasileiro, como bem o demonstra o estudo de Veiga (2005) sobre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, ou o trabalho comparativo de Coelho et al. (2006) sobre o Consad e o Comitê de Gestão de Recursos Hídricos do Vale do Ribeira paulista; ou ainda os vários estudos levados adiante em diferentes países da América Latina no âmbito do Projeto Movimentos Sociais, Governança Ambiental e Desenvolvimento Territorial Rural, promovido pelo Rimisp. Mesmo para a realidade europeia, que inspira fortemente a iniciativa brasileira, o entusiasmo inicial com ações como aquelas previstas no Programa Leader, vêm gradativamente dando lugar a avaliações que enfatizam uma espécie de dark side dos processos de participação, como se pode constatar, por exemplo, nos trabalhos de Ray (2000, 2002).

### Em síntese

Em síntese, os dados e análises disponíveis no meio da década sugeriam que os colegiados territoriais conseguiram imprimir algumas mudanças em relação ao que os espaços participativos voltados para a gestão das políticas de desenvolvimento rural haviam conseguido nos anos noventa. Quando se olha para o que apontavam vários estudos que tivemos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural como objeto, vê-se que pelo menos dois limites ali apontados foram superados: a) aquilo que alguns chamavam por “prefeiturização” dos CMDR foi, se não eliminado, ao menos minimizado; b) a escala de abrangência das articulações (não dos investimentos, que fique claro) deixou de se dar nos limites dos municípios para alcançar uma escala intermunicipal.

No entanto, ao menos outros dois aspectos destacados neste mesmo rol de estudos continuam ausentes das preocupações e das ações práticas destes colegiados: a) a idéia de territorialização das

## ARTIGO

iniciativas envolve bem mais do que a ampliação da escala geográfica e diz respeito mesmo ao reconhecimento das dinâmicas locais e da diversidade de atores que compõem as regiões rurais, sobre o que há pouco entendimento e diálogo nas articulações em curso; e b) a estrutura de governança posta em prática nestes colegiados estava longe de sinalizar um sistema de incentivos capaz de engendrar ações consistentes, eficientes e com horizonte estratégico para estas mesmas regiões rurais.

Por tudo isso é possível dizer que o grande mérito destes colegiados está em ter aprofundado as possibilidades de controle social das políticas de desenvolvimento rural e em ter disseminado a retórica correspondente à abordagem territorial do desenvolvimento rural. Mas é forçoso reconhecer que o caminho para que eles possam se impor como novas instituições para o desenvolvimento rural ainda é longo. Para tanto, seria preciso proceder a uma série de ajustes estruturais nas diretrizes e na operacionalização da política de desenvolvimento territorial. Recentemente deu-se mais um passo, com a criação do Territórios da Cidadania e a expectativa de uma verdadeira integração para além dos limites de um ministério. Apesar do seu caráter recente, cabe pontuar ao menos alguns dos seus principais desafios.

### O Territórios da Cidadania

Em 2008, o Governo Federal anunciou a criação de um novo programa: o *Territórios da Cidadania*. Congregando ações de 19 ministérios e com expressivo montante de recursos sob coordenação da Casa Civil do Governo Federal, o Programa foi apresentado como uma tentativa de integrar e dar coesão a um conjunto de ações, antes dispersas em diversas estruturas do Poder Executivo. Por isso, para muitos o programa passou a ser visto como uma

espécie de complemento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal programa brasileiro, e sinal de que, finalmente, o Brasil Rural passava a ser tomado como prioridade.

O caráter ainda incipiente do programa não permite uma avaliação ou um balanço mesmo que provisório. Não se trata disso aqui. O que se pode dizer é que, de acordo com o desenho inicial, os territórios continuam sendo vistos como um repositório de investimentos. Não mais que isso. As ações são selecionadas pelo Poder Executivo dentre os investimentos que já estavam planejados nos diferentes programas antes dispersos e ofertados aos territórios, a quem cabe definir prioridades dentro desse cardápio.

---

*“...sem uma mudança nos mecanismos e nas formas de incentivo aos agentes locais dificilmente se conseguiria superar os limites apontados...”*

---

Sob esse prisma, o *Territórios da Cidadania* revela-se, até o momento, mais uma inovação parcial. Inovação importante, porque abre a possibilidade inédita de que se reconheça o Brasil Rural e o Brasil interiorano como um espaço

de investimentos, tendo por foco os segmentos mais precarizados.

Para uma incorporação coerente com a chamada abordagem territorial, tal como ensina a literatura especializada e a experiência internacional, seria preciso no mínimo superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica. Obras de infra-estrutura e políticas sociais ou focalizadas são condições básicas, mas estão longe de ser o bastante para promover o desenvolvimento territorial. Como explicar, por exemplo, a ausência no âmbito do Programa dos Ministérios do Turismo, da Indústria e Comércio ou da Ciência e Tecnologia? Seria possível promover o desenvolvimento regional sem ações que estão na alçada desses ministérios?

## ARTIGO

O erro dos críticos mais ácidos do *Territórios da Cidadania* é não reconhecer que a integração de políticas é um dos princípios mais elementares do planejamento governamental. Algo que evita a pulverização de esforços e que já deveria ocorrer desde muito tempo. O programa é um passo nessa direção. O erro dos entusiastas é achar que o programa representa uma inovação sem precedentes e consistente o bastante para aquilo a que se propõe. Enquanto isso, o mais importante dilema permanece sem solução e, pior, sem portadores sociais capazes de equacioná-lo: como não confinar as regiões interioranas ao eterno delivery de políticas públicas. Este é, ou deveria ser ao menos, o verdadeiro pomo da discórdia. Mostrar quais serão os caminhos da verdadeira integração das políticas, e não sua mera concentração em um ministério, é o grande desafio do programa para ser de fato uma mudança institucional significativa.

### **A título de conclusão - uma década perdida ou um paradoxo a superar?**

Se o critério para medir o êxito da chamada Gestão Social dos Territórios for a capacidade das iniciativas públicas em promover mudanças institucionais na direção daquilo que a emergência da chamada abordagem territorial do desenvolvimento rural demanda, então poder-se-ia dizer que os progressos foram poucos. Não se trata de uma década perdida porque houve a disseminação de uma nova abordagem, houve maior participação e controle social e, por essa via, uma maior democratização das políticas públicas. O que não é desprezível. Mas o resultado está longe dos fins a que estas iniciativas se propõem, porque os investimentos parecem não chegar aos mais pobres e porque não se tem gerado a aprendizagem capaz de aperfeiçoar a política e os investimentos.

O paradoxo contido na conclusão acima é: para haver maior eficiência e aprendizagem seria preciso adotar medidas que podem significar menor

empoderamento de um público alvo. Público que sempre foi preterido das políticas públicas e, somente na última década e meia, passou a ter acesso a programas de envergadura. Mas simplesmente dar maior poder ao empresariado e aos agentes que sempre subordinaram a agricultura familiar e os pobres do campo não é, em oposição ao que vem sendo feito, a melhor saída. O desafio consiste, justamente, em associar o tratamento diferenciado e afirmativo dos segmentos historicamente subordinados à ampliação dos agentes envolvidos e à necessidade de alcançar dinâmicas e iniciativas capazes de fazer com que sua inclusão seja duradoura e persistente, mesmo após mudanças de governo ou até após o fim de certos programas. Em uma palavra, o grande desafio deste final de década é passar de um modelo que deu maior empoderamento aos movimentos sociais dos agricultores, no controle social dos investimentos públicos, para um modelo capaz de levar à coordenação das forças sociais em direção a um certo estilo de desenvolvimento territorial. Desenvolvimento que seja incluyente, sustentável e sustentado, como ensina Ignacy Sachs. Nisso deveriam se concentrar todos os esforços de mudança institucional nos próximos anos. Assim, se poderia consolidar a transição, iniciada no começo desta década, em direção à adoção da abordagem territorial no desenho e execução das políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

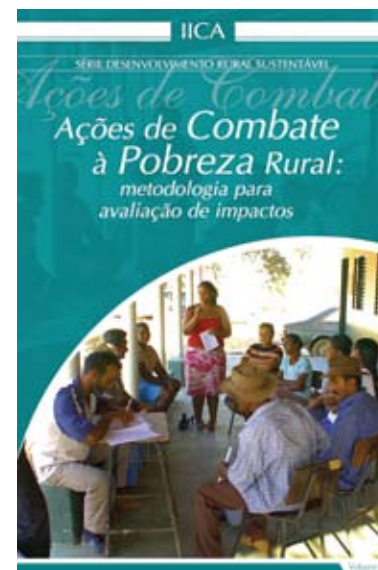
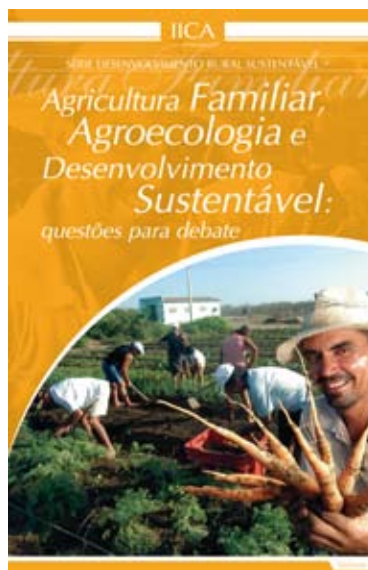
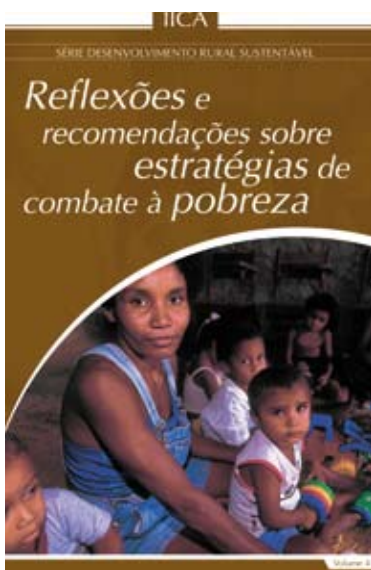
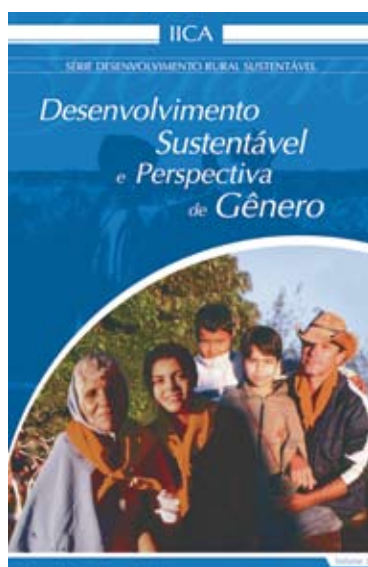
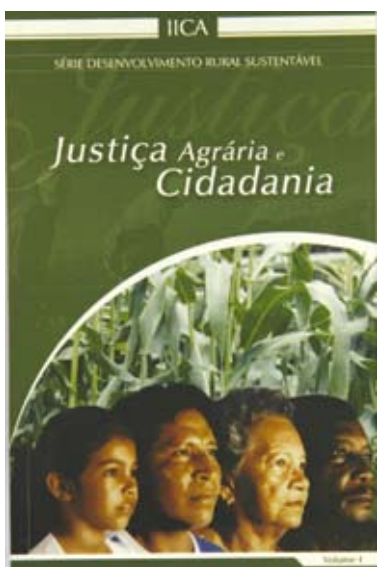
Leia a Referência Bibliográfica, no *site*:

**[www.iicaforumdrs.org.br](http://www.iicaforumdrs.org.br)**


# SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL expressa a efetiva colaboração tanto da Representação do IICA no Brasil quanto do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável em busca do desenvolvimento agrícola e do bem-estar das comunidades rurais.

Reúne artigos assinados por renomados profissionais nacionais e internacionais com o objetivo de difundir e suscitar o intercâmbio de conhecimentos e de iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável no meio rural, promovidos por instituições acadêmicas, instituições governamentais e não governamentais e organizações da sociedade em geral.



Conheça toda Série no site: [www.iicaforumdrs.org.br](http://www.iicaforumdrs.org.br)



Roberto Martinez, da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas da Nicarágua (UNAG, sigla em espanhol)

# II INTERCÂMBIO DE JOVENS RURAIS

## CHEGA AO FIM

Onze jovens da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Tocantins participaram, no dia 17 de novembro, da 10ª e última etapa do II Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira, no Sítio Farias, município de Serra Branca, Paraíba.

Nessa edição, participaram Roberto Martinez, da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas (UNAG, sigla em espanhol), em Nicarágua, e Rodrigo Marouelli, da Representação do IICA no Brasil.

O jovem nicaragüense está de visita ao Brasil, por meio de uma parceria entre o IICA e a UNAG, que prevê a troca de experiências entre as instituições. Martinez permanecerá no país por um ano para conhecer e participar das ações do IICA no Brasil.

### Na Paraíba

Os participantes visitaram a sede do Programa de Apoio à Educação Rural (PAER), uma das organizações que participam de mais essa iniciativa da Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural (RFIJR).

E como nas outras etapas, os dias 18 e 19 foram dedicados à Oficina de Comunicação que visou preparar os jovens para os registros de textos e imagens que alimentaram o blog [www.jovemrural.com.br](http://www.jovemrural.com.br) e irão integrar um livro que difundirá a visão dos jovens rurais sobre o campo brasileiro.

“Nosso intuito é despertar neles o interesse pela produção da informação, para que a imagem do campo comumente divulgada pela mídia convencional seja contraposta e combatida. Em todo esse intercâmbio, percorrendo quase todos os estados do Brasil, estamos constatando que a juventude rural é mais diversa e forte do que se imagina”, afirma Marcos Marques de Oliveira, assessor de Projetos Sociais e Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável do Instituto Souza Cruz.

Na oficina, o jornalista e cientista social foi acompanhado pelo fotógrafo Marcelo Valle, que tem experiência em trabalhos com populações camponesas, realizados por meio da Rede Nacional de Mobilização Social (COEP).

Já no dia 20, os intercambiários conheceram o cotidiano familiar dos jovens agricultores locais, trocando experiências sobre as formas de cultivo e comercialização dos produtos agrícolas. Tiveram ainda a possibilidade de estudar, refletir e problematizar sobre a geografia física da região, marcada pela caatinga. Ao final do encontro, os jovens rurais participaram de atividades culturais, de uma subida à Serra do Jabotá e conheceram a dinâmica de funcionamento do PAER - um trabalho em prol do desenvolvimento sustentável dos moradores da respectiva região.

Conheça mais dos resultados do II Intercâmbio, no site: [www.iicaforumdrs.org.br](http://www.iicaforumdrs.org.br), no menu da Câmara de Juventude Rural (CJR)

# BRASIL RURAL CONTEMPORÂNEO PAUTA A V FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou, nos dias 26 a 30 de novembro, na Marina da Glória, no Rio de Janeiro, a V Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

Este ano, o tema da Feira foi Brasil Rural Contemporâneo. No total, foram 488 agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, aqüicultores, integrantes de povos remanescentes de quilombos e indígenas de todas as regiões do Brasil e inseridos nesse conceito que apresentaram seus empreendimentos agroindustriais, seu artesanato e sua cultura. De mel a castanhas, de vinhos a salames, de tucupi a criações em capim-dourado.

“É fundamental mostrar para o centro do país, num mercado como o Rio de Janeiro, a riqueza e a diversidade da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária. Estamos falando de gente que produz com muita qualidade e isso é importante para o Brasil se conhecer melhor”, afirmou Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário, em entrevista à Agência Brasil. Ele lembrou que a produção familiar responde por 70% de todos os alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com Cassel, a realização do evento ajuda a promover um olhar mais completo sobre a produção nacional, que geralmente é entendida como uma atividade voltada apenas para o mercado externo.

“O meio rural é muito mais do que isso. Tem uma riqueza excepcional e é uma parte importante do Brasil. Além de garantir a segurança alimentar da

nossa população, tem uma forma de produção e uma cultura própria. A possibilidade de entrar em contato com tudo isso propicia um olhar mais inteiro sobre o Brasil real, que não é só urbano, mas é urbano e rural”, acrescentou.

Confira os resultados da V Feira Nacional da Agricultura Familiar, no *site*: <http://feira.mda.gov.br>



Plantas fitoterápicas geram renda para comunidades indígenas



Expositora de produtos a base de Banana da agroindústria paulista

# MI E IICA REALIZAM CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA

O Ministério da Integração Nacional (MI), em parceria com o IICA, realizará, nos dias 3 a 5 de dezembro, em Brasília, o Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no MERCOSUL e na União Européia (UE).

Um dos objetivos do Congresso é discutir a gestão de políticas regionais no contexto da integração econômica, analisando as experiências do MERCOSUL e da UE.

Segundo os organizadores, a troca de experiências entre especialistas do MERCOSUL e da União Européia beneficia o Brasil na área da gestão regional. Vale lembrar que o reconhecimento global ao processo de redução das desigualdades regionais patrocinado pelo velho continente motivou a assinatura de um Acordo de Cooperação entre o Brasil e a UE.

O acordo entra em vigor em 2009 e prevê a capacitação de gestores da política regional brasileira, o suporte técnico à condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a gestão conjunta de projetos em áreas de interesse comum e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e informações disponíveis.

Informações e inscrições no *link*:

**[www.mi.gov.br/congressointernacional](http://www.mi.gov.br/congressointernacional)**



# ESPECIALISTAS DO IICA DEBATEM NO EQUADOR

## DESENVOLVIMENTO RURAL COM ENFOQUE TERRITORIAL

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) promoveu o Seminário-taller para o Fortalecimento da Capacidade de Cooperação Técnica do IICA em Desenvolvimento Rural Sustentável.

O seminário objetivou um nivelamento conceitual e metodológico em desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial.

O diretor de desenvolvimento rural sustentável do IICA, Carlos Jara, coordenou o encontro. Participaram 40 consultores e especialistas de 20 países da América Latina e Caribe, em desenvolvimento rural sustentável, agricultura orgânica, segurança alimentar, agroindústria rural, recursos naturais e inovação tecnológica,

O coordenador executivo do Fórum DRS, Carlos Miranda, e Breno Tibúrcio, especialista em desenvolvimento rural sustentável da Representação do IICA no Brasil (RIB), apresentaram as experiências do Fórum DRS brasileiro, como instrumento de gestão de conhecimento em desenvolvimento rural e o processo e resultados da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS), como uma boa prática de formulação de política pública.

Confira no próximo boletim maiores detalhes sobre este seminário.

## IICA E SRA ORGANIZAM SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MERCADOS DE TERRAS E CRÉDITO FUNDIÁRIO

O IICA e a Secretaria de Reestruturação Agrária (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reuniram-se, no dia 13 de novembro, para discutir os conteúdos temáticos do Seminário Internacional sobre Mercados de Terras e Crédito Fundiário, que acontecerá nos dias 25, 26 e 27 de março de 2009, em Salvador, Bahia.

O objetivo do seminário será colher subsídios técnicos e institucionais para a definição das estratégias de atuação nos mercados de terras. Participarão do encontro, cerca de 300 pessoas, entre representantes do MDA, Unidades Técnicas Estaduais (UTE) do Programa de Crédito Fundiário da SRA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e iniciativa privada.

### Programação

A palestra de abertura debaterá assuntos relacionados a: mercado de terras e desenvolvimento rural, a crise econômica mundial, a restrição de terras no mundo, os aspectos jurídicos e institucionais (terra e desenvolvimento), o papel do pequeno e grande produtor e produção de energia - novo papel da agricultura.

No segundo dia, o painel Estrutura e dinâmica dos mercados de terra: experiências estrangeiras mostrará experiências dos países Argentina, Colômbia, Chile, México, Uruguai, Peru e Venezuela.

Os casos brasileiros pautarão o painel: *Estrutura, dinâmica e evolução dos mercados: experiências brasileiras*. Cada região fará sua apresentação separadamente, em função das diferentes características e condicionamentos. O debate será em torno da dinâmica de mercado de terras e seus condicionantes, fatores de formação do preço, estudo de caso por região e perspectivas de mudanças ambientais e novos mercados de alimentos.

No terceiro dia do seminário, será apresentado o painel 3, com o tema: *Mercado de terras e segurança jurídica dos imóveis rurais* com discussões acerca da posse de propriedades públicas e privadas, direito agrário e direito civil, lei do registro imobiliário e ações estatais. A participação governamental no mercado de terras será discutida no painel 4 com foco nas formas de intervenção governamental no mercado para planejamento de intervenção pública; na análise dos impactos das intervenções estatais; nas perspectivas dos movimentos sociais; e nas intervenções estatais no mercado de terra.

### **A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR**

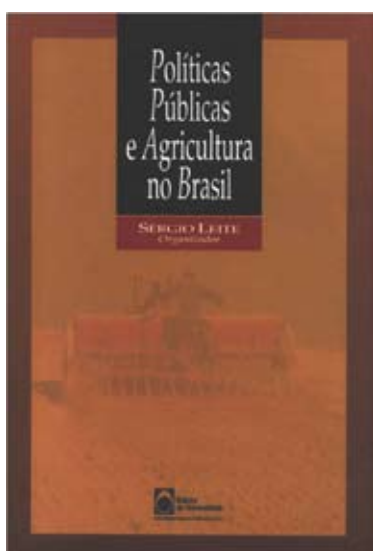
**AUTOR:** Sérgio Schneider (Org.)



Os trabalhos que compõem esse livro possuem em comum a idéia de que as significativas diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar não devem ser encaradas como um obstáculo ao desenvolvimento. Ao contrário, o que os estudos demonstram é que o desenvolvimento rural é tributário destas diferenças e dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores conseguem viabilizar suas condições de vida e criar espaço para garantir sua reprodução material, social, política e cultural.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA NO BRASIL**

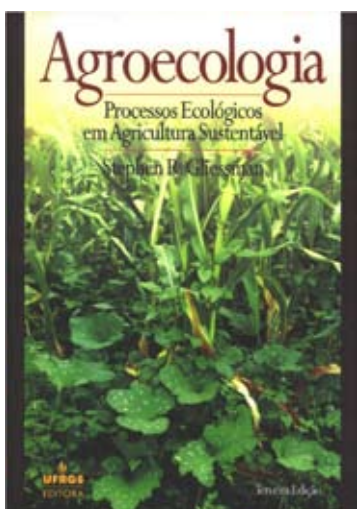
**AUTOR:** Sérgio Leite (Org.)



Oferece ao leitor um conjunto de trabalhos voltados ao exame de aspectos diferenciados e setoriais das políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro entre 1980 e 2000, período que atesta profundas transformações na estrutura do setor no contexto nacional bem como na forma e nos instrumentos utilizados para operacionalizar as políticas agrícolas e agrárias.

### **AGROECOLOGIA: PROCESSOS ECOLÓGICOS EM AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

**AUTOR:** Stephen Richard Gliessman



Este livro foi projetado para ensinar ecologia no contexto da agricultura. O autor é reconhecido especialista na área nos Estados Unidos. Aborda temas como introdução à agroecologia, plantas e fatores ambientais, interação do sistema e transição à sustentabilidade, e ao apresentar relatos de experiências em vários países, mostra a necessidade dos sistemas sustentáveis de produção.



### REPRESENTAÇÃO DO IICA NO BRASIL

SHIS QI 03, LOTE A, BLOCO F, CENTRO EMPRESARIAL  
TERRACOTTA  
CEP 71605-450, BRASÍLIA-DF, BRASIL.

TELEFONE: (55 61) 2106-5477

FAX: (55 61) 2106-5458 / 5459



VISITE NOSSOS SITES:

[WWW.IICAFORUMDRS.ORG.BR](http://WWW.IICAFORUMDRS.ORG.BR)

[WWW.IICA.ORG.BR](http://WWW.IICA.ORG.BR)

### PARCEIROS DO FÓRUM DRS

